

**O TREM E O SONHO: EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA DOS FERROVIÁRIOS DE  
PERNAMBUCO NA TRANSIÇÃO DOS ANOS QUARENTA PARA OS ANOS  
CINQUENTA DO SÉCULO XX.**

Glaudionor Gomes Barbosa  
Professor do CAA da Universidade Federal de Pernambuco  
[glaudionorbarbosa@gmail.com](mailto:glaudionorbarbosa@gmail.com)

**Resumo**

O artigo tem como objeto de investigação um estudo preliminar das lutas dos ferroviários nos meados do século passado. As referências teóricas são de um lado, os conceitos de resistência e experiência de Edward Thompson, para o historiador inglês são as práticas cotidianas que estruturam e constituem o próprio processo histórico. De outro lado, utiliza-se os conceitos de imaginário em Baczko, na medida que as utopias podem fornecer sustentação para as lutas; e de discurso político em Mannheim, dado que determinado discurso expressa como a experiência dos trabalhadores pode se transformar em força coletiva. Como objetivo central o trabalho buscou analisar como um determinado discurso político, através de uma experiência viva e coletiva, foi capaz de estimular a construção de um imaginário mobilizador e legitimador das lutas e da resistência ferroviária em Pernambuco na transição dos anos quarenta para os anos cinquenta.

**Palavras-chaves:** Resistência. Experiência. Discurso Político. Ferroviários. Pernambuco.

**1. Introdução.**

Ao procurar estabelecer um relacionamento entre discurso, imaginário e utopia dentro do universo desse segmento social, busca-se entender como aquele grupo construiu uma parte de sua própria história, utilizando como “tijolos” aqueles elementos. A análise do imaginário é fundamental por ser revelador de um conjunto de significados que buscam fornecer um sentido totalizante ao campo de certa experiência, não sendo, portanto algo ilusório, fantasioso, mas ao contrário sendo uma expressão necessária e fundante do ser humano, haja vista que propicia um sentido para uma inserção concreta do homem no meio social.

Parte-se do suposto de que os imaginários em si, e as ideologias e as utopias enquanto lugares do imaginário; além das relações de representação que lhes dão forma devem ser inscritos no campo da cultura e esta é construída, emitida e recepcionada através, principalmente, do discurso. Ou seja, é através do discurso (falado, escrito ou veiculado por imagens) que os

indivíduos concretos se transformam em sujeitos políticos e históricos. É assim que grupos sociais são chamados a participar da ação política, legitimando idéias, projetos e utopias.

Quanto a sua estruturação, o trabalho compõe-se de três seções, incluindo essa introdução. A seção dois faz uma discussão onde se relaciona história vista de baixo, discurso político e imaginário; na seção três é feita uma análise exploratória de alguns documentos.

## **2. História vista de baixo, discurso político e imaginário.**

O conceito de luta de classes é uma categoria explicativa fundamental na obra de Thompson, contudo, o autor foge de qualquer entendimento que faça estático ou obstacularize a auto-atividade dos sujeitos históricos. É nesse contexto teórico que a classe operária se faz enquanto é feita. Se de um lado, a industrialização se impôs como um processo inevitável, de outro a resistência dos trabalhadores – por meios que muitos julgam como atrasados – foi imediata e muitas vezes violenta. Os pobres não foram vítimas passivas, pois lutaram. Se o fizeram com determinadas armas foi porque eram as disponíveis.

Este trabalho trata o fenômeno utópico não no sentido de algo impossível, fantasioso, ou como simples especulação idealizada; mas como a mais completa e consistente manifestação da imaginação social. Desde o trabalho pioneiro, na tradição marxista, de Engels é possível identificar o pensamento utópico como prefigurações de um saber que se tornou anacrônico com as descobertas de Marx. Este é o elemento de ruptura entre os chamados socialismos utópicos e científico. Contudo, há um elemento de continuidade que o próprio Engels reconhecia, isto é, o caráter socialista das idéias dos pensadores utópicos e o papel das utopias nas revoltas populares dos séculos XVI e XVII. É o segundo elemento que interessa ao trabalho.

Segundo Mannheim (1986) existem formas de pensamento que não podem ser entendidos de maneira adequada enquanto forem desconhecidas suas origens sociais. Significa dizer que o pensamento e o discurso são funções sociais e se produzem socialmente. Isso não é semelhante a afirmação de que o grupo (qualquer que seja) pense pelo indivíduo ou que o indivíduo apenas reproduza o pensamento do grupo. Contudo é falsa a crença de que as idéias, sentimentos e discursos dos sujeitos tenham origem puramente interna a ele.

O fundamental na análise de Mannheim (1986) é que o pensamento só pode ser entendido no substrato concreto de uma determinada situação social, a qual acrescentaria: historicamente construída. Não é o indivíduo isolado que pensa, nem tampouco são os homens abstratos que pensam, mas antes, *“são os homens de certos grupos sociais que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas, características de sua posição comum”*. (MANNHEIM, 198, p.31).

Para Mannheim (1986) o discurso político possui um caráter fundamentalmente diferente de outros discursos, pois o mesmo procura não apenas estar com o direito, porém, da mesma forma busca destruir a base de existência social e intelectual do adversário. O discurso político pode-se dizer, elege o outro como inimigo e o define pela negatividade do mesmo ser o responsável pela situação que se deseja mudar ou conservar. Neste sentido, as formas de conflito político enquanto racionalização da luta pelo controle social, ataca o conjunto das idéias e da própria posição do oponente. Nesta disputa importa muito o que o outro diz, mas importa também o grupo do qual o outro participa ou é representante.

O discurso é, sem dúvidas, o principal instrumento da prática política, e é através do ato e da prática discursiva que o sujeito político estabelece um diálogo onde suas idéias vão impregnar ou não os sentidos e o imaginário do outro.

Para Baczko (1985, p.307-309) o tecido simbólico do imaginário permite a realização de várias funções em relação aos agentes sociais. O trabalho do imaginário opera através de séries de oposições estruturantes das forças afetivas que agem sobre a vida coletiva, permitindo assim operações de: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir, relativamente ao grupo em causa.

Segundo Baczko (1985) poucos conceitos foram acompanhados de tanta ambigüidade e polêmica quanto o termo utopia. O problema vem desde a obra fundadora de Moro, ou seja, a utopia é o *eu-topos*, designando o país da felicidade ou da perfeição, ou será *ou-topos*, isto é o lugar que não existe? Ou será que significa ambas as coisas. O fato é que mesmo as pessoas que carregam uma utopia e que lutam por ela com risco da própria vida se negam a aceitar o rótulo de utópico, na medida em que o mesmo equivale a sonhador ou “produtor” de quimeras.

De acordo com Baczko (1985) existem três dualidades básicas envolvendo o termo utopia, a saber: utopia/ciência, utopia/mito e utopia/ideologia. A imensa obra de Marx, Engels e dos marxistas atestam a importância da primeira dessas dualidades. Se de um lado é o próprio Engels que trata de desenvolver uma tese opondo socialismo utópico a socialismo científico; é ele também que critica os “emplumados” intelectuais pequeno-burgueses por criticarem duramente os utópicos: *“Quanto a nós (referindo-se a ele e a Marx), preferimos felicitar-nos com os germes das idéias e pensamentos de gênio que afloram constantemente através do invólucro fantástico, mas diante dos quais os filisteus ficam cegos”*. (ENGELS, 1880 apud BACZKO, 1985: 349 – parênteses nossos).

Para Baczko (1985) é possível uma leitura da obra de Marx e Engels onde essa oposição entre ciência e utopia se desvaneça frente à visão ou antecipação de uma sociedade comunista futura, aonde os antagonismos sociais chegarão ao fim. É como se houvesse por trás do primeiro discurso (científico) um segundo discurso (utópico) e por isso o primeiro é tantas vezes reforçado pelo receio de se cair no imaginário:

*“Porém, toda a sua obra veicula uma tal visão, fazendo dela um poderoso sonho mobilizador que marcou profundamente o imaginário coletivo. É certo que a representação da sociedade futura e do homem novo que a habitará não é apenas, nem principalmente, veiculada através de uma previsão quase-cientista. O seu dinamismo vem, sobretudo, do fato de ela conter e estruturar a grande promessa revolucionária que o marxismo fez sua, tendo-se deste modo operado essa fusão entre a utopia e o mito revolucionário”*. (BACZKO, 1984, p 351).

Na oposição entre utopia e ideologia proposta por Mannheim (1986), ainda segundo Baczko, o que chama a atenção é a extensão do conceito de utopia. O lugar utópico é sempre historicamente determinado. A utopia é, então, uma visão totalizante do mundo, coerente e estruturada, representa, portanto, as necessidades profundas de uma determinada época.

*“A utopia não está, portanto, ligada a qualquer forma literária particular: é uma visão global do mundo, uma manifestação da dimensão essencial da consciência histórica. A utopia imprime a sua marca ao conjunto da cultura de uma época, constituindo um fator essencial de qualquer movimento de massas e de qualquer transformação histórica e social radical”*. (BACZKO, 1985: 351).

Pesavento (1995) argumenta com propriedade que o imaginário liga-se ao real, na medida que o primeiro parte do existente modificando-o e transcendendo-o. Por outro lado, todo imaginário admite um elemento utópico, mesmo não se resumindo a ele, este lhe fornece um poderoso suporte, como modo particular de ordenar sonhos e desejos coletivos. Assim, a utopia é a projeção, no domínio imaginário, *“de uma sociedade radicalmente outra, de um mundo em tudo melhor que o mundo real”*. (AINSA, 1991, p.13 apud PESAVENTO, 1995, p. 22).

### **3. O trem e o sonho: uma investigação exploratória através da documentação selecionada**

Os ferroviários de Pernambuco são hoje um segmento social residual, em parte pela inversão realizada entre transporte ferroviário e rodoviário, em parte pela privatização ocorrido nos anos noventa. Contudo, aqueles trabalhadores representaram um papel importante nas lutas sociais do estado de Pernambuco. Nos distantes anos trinta havia uma organização comunista entre os ferroviários e existem registros da época indicando que aqueles trabalhadores tiveram uma presença marcante nas lutas sociais. Um documento de autoria desconhecida, conclui que:

*“Todos estes elementos não só fizeram a última greve da Great Western, como estiveram em confabulação para o levante do 21º B.C. tendo alguns delles tomado parte ativa nos combates de 29 e 30, contra vossa pessoa. São todos conhecidos como elementos comunistas que se mostram zangados com a Victória do Governo e da Ordem publica”*.<sup>1</sup>

Às 19:30 horas do dia 03 de outubro de 1946, um grupo de ferroviários realizou uma reunião no seu sindicato, onde ficou decidido por aclamação a eleição de uma comissão composta por representantes das quatro divisões da empresa, isto é, contabilidade, tráfego, conservação e locomoção. Aquela comissão ficou responsável por escrever e divulgar um manifesto chamando os trabalhadores para uma assembléia geral, seria discutido o aumento salarial já que a carestia

---

<sup>1</sup> Lista de empregados da “Great Western” que são subversivos e inimigos declarados do Governo de Pernambuco, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, N° 29662, Documento 275-D. (grafia como no original).

estava levando os ferroviários ao desespero. Às 21:15 horas a reunião foi encerrada e os trabalhadores seguiram de trem para suas casas<sup>2</sup>.

Era aproximadamente 15:30 horas do dia 04 de março de 1949 quando um grupo de dez ferroviários chefiados por um serralheiro, encaminhou-se até a Superintendência Regional da Great Western e fez a entrega de um memorial onde os trabalhadores solicitavam aumento salarial. A comissão, antes da entrega do documento, procurou o Sr. Guilherme da Silva, presidente do Sindicato dos Ferroviários que a orientou a ir ao Escritório Central da Empresa, lá deixando o memorial. No trem das 16:50 horas com destino a Jaboatão os membros da comissão regressaram. Foram ouvidos os seguintes comentários: que se esperaria até a próxima segunda-feira por uma solução às reivindicações feitas e na ausência de uma resposta satisfatória, a greve seria deflagrada na terça-feira; que estava havendo articulações para obter o apoio dos trabalhadores do porto do Recife<sup>3</sup>.

Em nove de março daquele ano a direção do Sindicato remeteu uma carta-ofício à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho onde apela para que o Ministro de Trabalho que estava empenhado em conseguir aumento salarial para os trabalhadores ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina torne extensivo aquele aumento para os ferroviários do Nordeste que somam oito mil trabalhadores e estão em uma situação muito precária. Informa, ainda, a carta que ferroviários das oficinas de Jaboatão e de Edgar Werneck organizaram uma comissão para efetivar um movimento grevista no caso de não conseguirem aumento salarial. Os dirigentes sindicais argumentavam que aquela greve quebraria o alto grau de disciplina mantido até aquele momento, e que o sindicato vinha cumprindo seu papel de aconselhar calma aos ferroviários<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Informe datilografado do Investigador de Polícia nº 218 ao Sr. Inspetor de Ordem Política e Social, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, Nº 29662, Documento 275-D. (grafia como no original).

<sup>3</sup> Informe manuscrito do Investigador de Polícia nº 114 ao Sr. Inspetor de Ordem Política e Social, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, Nº 29662, Documento 275-D. (grafia como no original).

<sup>4</sup> Carta da direção do sindicato dos ferroviários ao sr. Diretor do Departamento do Trabalho em Pernambuco, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, Nº 29662, Documento 275-D. (grafia como no original).

Aquela mesma carta é enviada junto com um ofício datado de 14 de março de 1949, onde o presidente do sindicato acusa a comissão de trabalhadores de ser composta por elementos do extinto PCB e que com a ajuda do jornal “Folha do Povo”, estavam desvirtuando as negociações e incentivando os trabalhadores para uma greve que traria prejuízos à coletividade e perturbações à ordem pública. No final o presidente do sindicato firma compromisso de colaboração com as autoridades civis e militares, além de desaprovar, veementemente, qualquer movimento grevista<sup>5</sup>.

As ondas de agitação dos ferroviários partiam e se concentravam nas oficinas de Jaboatão e de Edgar Werneck. Nessas duas unidades da empresa estavam lotada a grande massa de trabalhadores da produção: mecânicos, serralheiros, manobreiros, maquinistas, foguistas. Assim, era natural que os focos de descontentamentos estivessem concentrados naquelas oficinas. Em Jaboatão havia cerca de mil trabalhadores.

Em julho de 1949 já fazia três anos que os ferroviários não recebiam aumento salarial, enquanto o custo de vida não parava de subir. Os trabalhadores buscavam formas de reivindicar melhorias nas suas condições de vida, muitos possuíam famílias com mais de cinco membros. Às tentativas de mobilização mínima dos trabalhadores eram enfrentadas com instrumentos autoritários. As pressões diretas sobre os trabalhadores eram muito grandes, tais como: multas; suspensões com corte dos dias, incluindo o descanso remunerado; afastamentos e demissões. Além dessa política de intolerância, havia um monitoramento permanente da polícia sobre àqueles trabalhadores:

*“E por cima desses salários baixos, de fome mesmo, segue-se a perseguição movida contra aqueles trabalhadores. As oficinas são um covil de policiaes secretos, ali instalados pela companhia, agora já sob a tutela do governo, porém sujeita ainda a administração estrangeira, para vigiar os operários e qualquer passo que eles dêem, em prol da conquista de melhores condições de vida, seja informada a gerencia.*

---

<sup>5</sup> Ofício da direção do sindicato dos ferroviários ao sr. Secretário de Segurança Pública, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, N° 29662, Documento 275-D. (grafia como no original).

*Como meios de perseguição, a companhia está usando as multas, as suspensões, afastamentos por tempo indeterminado, quando não usa de demissões”.*<sup>6</sup>

Nesse quadro de dificuldades materiais e de insegurança, os trabalhadores em janeiro de 1949 elaboraram um documento contendo suas reivindicações, em particular um aumento salarial de 80%, entregue a Superintendência por uma comissão de trabalhadores. No dia acordado para uma resposta toda a comissão foi presa. A avaliação que o jornal “Folha do Povo” faz daquele evento é de que:

*“Quando fora buscar a resposta foi presa (o articulista refere-se à comissão) tendo se desfeito, por não estar ligada à massa e não ter reagido à intimação. E o memorial (o documento contendo as reivindicações) continuou na Superintendência até hoje”.*<sup>7</sup>

Segundo os comunistas os ferroviários estavam dando um passo importante na obtenção de melhores condições de vida, na medida em que reorganizavam suas comissões e nomeavam uma comissão central para direção de suas lutas. Contudo, as conquistas não dependiam apenas da reestruturação de comissões, por mais importante que elas fossem, mas de mobilizações de massa com ampla participação dos trabalhadores, onde fossem discutidos seus métodos de luta, apontando-se para a necessidade da greve como principal instrumento de luta. “E os exemplos dos ferroviários da Mogiana e outros já demonstraram que a greve é o argumento mais positivo para convencer os exploradores da classe operária”.<sup>8</sup>

Nesse contexto de dificuldades e de início de organização dos trabalhadores ferroviários, é interessante analisar como os representantes do poder público e os ideólogos das classes patronais se posicionam. O Administrador Geral da Great Western, o engenheiro Vicente Pereira de Brito Filho, argumenta que o acordo selado em Londres que repassa a antiga Great Western para o governo brasileiro, significou que a mesma estaria doravante vivendo das suas próprias receitas de tráfego. Como naquele momento a economia estava operando na entressafra

---

<sup>6</sup> Folha do Povo de 07 de julho de 1949, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, N° 27511, Documento 275-1. (grafia como no original).

<sup>7</sup> Folha do Povo de 07 de julho de 1949, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, N° 27511, Documento 275-1. (grafia como no original e parênteses nossos).

<sup>8</sup> Folha do Povo de 07 de julho de 1949, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, N° 27511, Documento 275-1. (grafia como no original).



da cana-de-açúcar, então aquelas receitas estavam muito diminuídas. Logo, dizia o engenheiro, sem dinheiro nada se faz, porém todos os sacrifícios devem ser feitos para não atrasar o pagamento do pessoal.<sup>9</sup>

Como havia o entendimento de que os salários estavam baixos, já havia uma comissão designada pelo Ministro do Trabalho tratando do assunto e uma elevação salarial era necessária. Ou seja, a fala do Administrador Geral indica claramente que as reivindicações dos trabalhadores eram justas e que deveriam ser atendidas dentro das condições existentes. Assim, continua o Administrador da Ferrovia:

*“Nessa reunião, foi traçado justamente o programa sobre o estudo do problema do aumento dos salários e tive oportunidade de manifestar todo o interesse, para que se chegue a bom termo procurando, dentro das possibilidades do momento atender às justas aspirações dos operosos auxiliares da Great Western”.*<sup>10</sup>

Por sua vez, o delegado do trabalho em Pernambuco, Sr. Antônio Freire depois de argumentar que tanto o Ministro do Trabalho quanto o Ministro da Viação (que tratava da questão ferroviária, naquela época) estavam interessados em resolver da melhor forma possível os graves problemas salariais dos ferroviários. Ainda salientou que a empresa tinha a sua frente um homem culto e sensível e que já havia prestado relevantes serviços aos proletários do Rio de Janeiro.

Nessa mesma oportunidade o delegado do trabalho levantou a necessidade de se estudar com as lideranças empresariais do estado, à situação dos operários do setor têxtil de Pernambuco, arrematando:

*“Os industriais de Pernambuco, finalizou, logo vencidos esses sintomas de crise que passarão em breve, deverão resolver esse problema que é deles. Só podemos combater o comunismo revolucionário, melhorando o nível de vida econômica e social do proletariado. E o marxismo passará a ser também o que o judeu Marx chamava: uma ‘superestrutura’, uma resultante das condições econômicas. Quer*

---

<sup>9</sup> Jornal do Comércio de 09 de julho de 1949, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, Nº 27511, Documento 275-1. (grafia como no original).

<sup>10</sup> Jornal do comércio de 09 de julho de 1949, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, Nº 27511, Documento 275-1. (grafia como no original).

*dizer: uns filhotes vadios da chamada 'burguesia progressista' perdidos na literatura e na agitação besta dos artiguetes de jornal".<sup>11</sup>*

Naquele momento podem-se vislumbrar os sujeitos históricos em ação. Um representante do governo, como o delegado do trabalho em Pernambuco, confia na possibilidade dos empresários melhorarem salários para combater o comunismo, como se fosse possível resolver conflitos de classes, de maneira simples, como se os capitalistas não tivessem como objetivo uma taxa média de lucros e como se um aumento salarial não pudesse prejudicar, em certas circunstâncias, a acumulação de capital. Interessante, também, é verificar como o Sr. Antônio Freire associava o comunismo a intelectuais vindo de fora da classe trabalhadora, ou seja: “uns filhotes vadios da chamada burguesia progressista”. Chama à atenção a forma como aquele senhor frisa o fato do pensador Karl Marx ter origem judaica.

Um grupo de ferroviários, provavelmente ligado à direção do sindicato daqueles trabalhadores, encaminhou telegrama, onde se dizia satisfeito com a nomeação da comissão paritária dirigida pelo delegado do trabalho em Pernambuco e acreditava que em breve os vencimentos seriam melhorados.

Do lado dos militantes comunistas do PCB entre os ferroviários, havia o sentimento de que apenas com a greve era possível a obtenção de vantagens pecuniárias.

Em março de 1950, o jornal “Folha do Povo”, órgão do PCB no estado, noticiava que no dia 05 daquele mês e ano, ocorreu uma grande assembléia para discutir e deliberar sobre as formas de luta. Segundo o jornal a reunião tinha sido muito concorrida, e a prova da disposição de luta dos ferroviários tinha sido demonstrada pelos numerosos aplausos dados ao Sr. Guilherme da Silva, presidente do sindicato, que naquela assembléia tinha assumido um posicionamento que ia na mesma direção dos anseios dos trabalhadores, mas que as palavras do presidente do sindicato, deveria servir para que os trabalhadores ferroviários ficassem mais atentos contra as possibilidades de manobras que viessem desmobilizar a categoria.

---

<sup>11</sup> Jornal do comércio de 10 de julho de 1949, Arquivo Público Estadual de Pernambuco – Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo SSP-PE, N° 27511, Documento 275-1. (grafia como no original).

Como visto acima, é no início da década de cinquenta que o PCB inicia um eficiente processo de reestruturação dos organismos de base entre os ferroviários, transformando essa categoria social numa das mais organizadas do estado. A importância política pode ser medida não apenas pelo número de greves, mas por uma forte atuação na “frente legal”, incluindo a eleição de um deputado estadual.

Segundo um relatório da polícia<sup>12</sup>, o trabalho de organização do PCB no meio ferroviário de Pernambuco data de 1945, e que em 1948 o núcleo dirigente foi desarticulado pela ação policial. Essa situação de inatividade permaneceu até 1950, quando o comitê regional determinou a reestruturação das atividades orgânicas do partido.

Em março de 1950, a Folha do Povo, jornal do PCB no estado noticia que os ferroviários da Great Western estavam dispostos à luta e que enviaram um “ultimato” ao governo federal. Uma negativa levaria à greve. O articulista relata que aqueles trabalhadores estão entusiasmados e firmes com o sindicato:

*“Falando com um guarda-freios, disse-nos ele: estou solidário com o sindicato, nas medidas tomadas para obter o aumento de salário. Avalie que tenho cinco filhos; são ao todo sete pessoas lá em casa e meu ordenado é de 500 e cinco cruzeiros por mês. É possível se viver como gente com esse salário?”<sup>13</sup>*

Uma avaliação do conjunto da documentação disponível indica que apesar das constantes repressões contra os ferroviários, eles utilizaram meios de resistências importantes nas suas lutas. Por outro lado, o PCB apesar de contribuir com a organização dos trabalhadores, perdeu-se nos seus dilemas internos não aproveitando toda experiência e espontaneidade das massas.

### **Referências bibliográficas**

BACZKO, Bronislaw. *“Imaginação Social/Utopia”*. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Volume 5, 1985.

<sup>12</sup> Relatório sobre a atividade do PCB na Rede Ferroviária do Nordeste, APEJE, Fundo SSP-PE, N° 27407.

<sup>13</sup> Folha do Povo, 08 de março de 1950. APEJE, Fundo SSP-PE, N° 27511. (grafia como no original).

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:  
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES  
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “*Em busca de uma outra História: imaginando o Imaginário*”. São Paulo: Revista Brasileira de História, Volume 15, nº 29, pp. 9-27, 1995.

THOMPSON, E. P. (1978). *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.